



Variação linguística e sua inter-relação com letramento

Linguistic variation and its interrelation with literacy

Jaciara Carvalho Costa¹

<https://orcid.org/0000-0002-7259-2055>

Mônica Fontenelle Carneiro²

<https://orcid.org/0000-0003-0233-3450>

Resumo: Associando a variação linguística aos processos de letramento, levantamos a problemática de como esses dois temas se relacionam com a fala de pessoas de baixa escolaridade em ambientes industriais com exigências de práticas letradas. O objetivo esteve em analisar realizações de concordância verbal em 3ª pessoa (CV3) de trabalhadores da cidade de São Luís, MA, de baixa escolaridade. Como hipótese, estabeleceu-se, inicialmente, que a vivência em espaços laborativos letrados interfere no aspecto linguístico de concordância verbal desse trabalhador. Ancoramo-nos em trabalhos de estudiosos como Street (2014 [1995]), (1991); Kleiman (1995), Kleiman e Assis (2016), Labov (2006[1968]; 2008[1972]), Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), Lucchesi (2015a, 2015b), Bortoni-Ricardo (2011, 2014), Mollica (2014) e Castilho (2016). Desenvolvida a partir do método sociolinguístico, trata-se de pesquisa quali-quantitativa cujo corpus foi extraído da fala dos indivíduos, a partir de aplicação de eventos discursivos, obtendo-se cinquenta e dois registros para análise. Como resultado, obtivemos que mais de cinquenta por cento da materialização linguística da CV3 realizada pelos falantes dá-se no padrão da norma culta do Português Brasileiro, destacando-se o uso do sujeito pronominal não explícito e da saliência fônica com alteração da qualidade da vogal final como um dos principais recursos linguísticos usados por esses falantes.

Palavras-chave: Letramento; Variação Linguística; Concordância verbal.

¹Universidade Federal do Maranhão. E-mail: jaciaccosta@gmail.com

²Universidade Federal do Maranhão. E-mail: monicafc@gmail.com

Abstract: When linking linguistic variation to literacy processes, we raise the issue of how these two themes relate to the speech of people with low educational attainment in literate working environments. The aim was to analyze verbal agreement production of low educational background workers in the city of São Luís – MA. As a hypothesis, it was established initially that the coexistence in literate labor spaces interferes in the linguistic aspects of the verbal agreement of these workers. We are anchored in works by scholars such as Street Street (2014 [1995]), Kleiman (1995); Kleiman and Assis (2016), Labov (2006 [1968], 2008 [1972]), Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1968]), Lucchesi (2015a, 2015b), Bortoni-Ricardo (2011, 2014), Mollica (2014), and Castilho (2016). Based on the sociolinguistic method, it is a qualitative-quantitative and its corpus was extracted from the speech of the participants during discursive events, from which fifty-two records for analysis were obtained. We came to the conclusion that more than 50% of the linguistic materialization of the third-person plural agreement produced by the speakers occurs within the standard cultured norm of Brazilian Portuguese, in which the use of the non-explicit pronominal subject and the phonemic salience with interference in the quality of the final vowel as one of the main linguistic resources used by this community of speakers.

Keywords: Literacy; Linguistic Variation; Verbal agreement.

Considerações iniciais

Este capítulo é fruto de pesquisa iniciada no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras - PGLETRAS da Universidade Federal do Maranhão, por isso, para fins de produção deste artigo, trazemos um recorte com dados iniciais da pesquisa, que nos direcionam para tentativa de alcance dos objetivos estabelecidos na pesquisa maior. Apresentamos como proposta analisar a variação da concordância verbal em 3ª pessoa, doravante CV3, pela ótica da norma culta do Português Brasileiro (doravante PB), relacionando-a com o letramento.

Sabemos que são dois os principais aspectos condicionantes do universo das variações linguísticas, alvo da Sociolinguística: os de ordem interna, chamados também de intralinguísticos e os de ordem externa, isto é, os extralinguísticos. Entre os primeiros, estão as variações que ocorrem condicionadas por questões relativas à fonética, à morfologia, à sintaxe e à semântica; entre os últimos, encontram-se os condicionantes sociais como sexo, escolaridade, faixa etária, estrato socioeconômico, proveniência regional etc. Em nosso entendimento, uma análise sociolinguística está intrinsecamente ligada ao processo de letramento, uma vez que este trata de aspectos sociais, culturais, históricos e, até mesmo, etnográficos. Como alerta Bortoni-Ricardo (2014), há de se ter claro o conceito de letramento para uma reflexão mais específica sobre a sociolinguística.

De forma que, ao determo-nos na análise da variação de concordância verbal, fazemo-

la em associação com o letramento. Essa variante linguística é amplamente documentada no PB. Vários pesquisadores de diferentes estados brasileiros já se detiveram em pesquisas sobre o assunto, no entanto, após buscas em bancos de dados físicos da Instituição a que estamos vinculadas, bem como, em diversas plataformas eletrônicas de repositório de pesquisas acadêmico-científicas, não obtivemos dado algum que comprovasse estudo sobre CV3 no estado do Maranhão, sendo para nós, portanto, um desafio a mais tornar nossa pesquisa, não o fim, mas, oportunamente, ponto inicial para estudos mais profundos sobre o tema, situando nosso Estado no cenário nacional de pesquisa sobre CV de 3ª pessoa do plural.

Outro critério traz-nos um cenário particular nesta investigação: o fato de a comunidade de fala investigada ser formada por trabalhadores de baixa escolaridade, pertencentes à indústria ludovicense de grande porte, não tendo, dessa forma, pretensão de ser representativa da população maranhense.

O resultado almejado estava em comprovar ou refutar dados das pesquisas nacionais existentes que apontam a concordância verbal como uma das marcas linguísticas caracterizadoras da variação linguística da camada social mais baixa e menos escolarizada. Assim, defendemos que, em função da exposição a eventos e práticas de letramento exigidos no ambiente profissional em que estão inseridos esses trabalhadores, bem como pela influência que sofrem de seus pares, isto é, pessoas com maior escolaridade e, possivelmente, com maior nível de letramento, há a tendência ao nivelamento linguístico desse grupo de indivíduos com menor escolaridade em relação ao grupo de maior escolaridade, formado por falantes da variante culta do PB.

Nessa perspectiva, é que, neste artigo, de forma sumária e exploratória, trataremos dos seguintes aspectos: a) da variação linguística de concordância verbal sob a ótica da sociolinguística; b) da concordância verbal como variedade culta do PB; c) da influência do letramento na variação de concordância verbal; d) da metodologia e da coleta do *corpus*; e) da análise e discussão de alguns dados iniciais da pesquisa; e por fim, f) de algumas considerações possíveis, baseados nos dados analisados.

A fim de dar maior clareza e aporte a este estudo, subsidiamos nossa pesquisa em estudiosos como Street (2014 [1995]), Kleiman (1991; Kleiman e Assis (2016), Labov (2006 [1968]; 2008[1972]), Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), Lucchesi (2015a, 2015b), Bortoni-Ricardo (2011, 2014), Mollica (2014), Castilho (2016), entre outros, na discussão das categorias teóricas letramento, variação linguística e concordância verbal.

1 Um olhar sobre a concordância verbal a partir do viés sociolinguístico

Para a Sociolinguística, as variações que ocorrem em uma língua “não são produtos de mistura irregular ou incoerente, ao contrário, são propriedades inerentes e regulares do sistema linguístico” (LABOV, 2008[1972], p.262). Sob esse mesmo enfoque, Castilho (2016), reforça que

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através dela temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas (CASTILHO, 2016, p. 197).

Precisamos assinalar que heterogeneidade, variação e mudança não tornam uma língua incompreensível, pois como demonstram Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 35) “a língua é um objeto construído de heterogeneidade ordenada”. E é esse o ponto chave que norteia o questionamento que os levaram a formular os fundamentos para a teoria da mudança linguística.

Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? (...) Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e, real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional (WEINREICH, LABOV E HERZOG (2006 [1968], p.35-36, grifo do autor).

De acordo com a teoria laboviana de variação e mudança linguística, é necessário, ao selecionarmos uma variável linguística a ser estudada, questionar quais são suas propriedades mais úteis para a comunidade de fala, sociolinguisticamente entendida como um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes sociais acerca da língua, na qual está materializada. Assim, Labov (2008[1972]) postula três critérios como necessários à análise de uma variável:

[...] Primeiro, [...] um item que seja frequente, que ocorra tão reiteradamente no curso da conversação natural espontânea que seu comportamento possa ser mapeado a partir de contextos não estruturados e de entrevistas curtas. Segundo, deve ser estrutural: quanto mais integrado o item estiver num sistema mais amplo de unidades funcionais, maior será o interesse linguístico intrínseco [...]. Terceiro, a distribuição do traço deve ser altamente estratificada: ou seja, (as) explorações preliminares devem

sugerir uma distribuição assimétrica num amplo espectro de faixas etárias ou outros estratos ordenados da sociedade (LABOV, 2008[1972], p.26).

Por tudo isso, entendemos caber à Sociolinguística relacionar as variações linguísticas a diversos fatores presentes na estrutura social da comunidade de fala em que tais variações estão situadas. Partindo dessa assimilação, é possível inferirmos que, em toda comunidade de fala, estão presentes e, em uso frequente, formas linguísticas em variação. Segundo Tarallo (1990, p.8), “a essas formas em variação, dá-se o nome de ‘variantes’, que (são) diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Castilho (2016) também nos traz um alargamento no entendimento entre variante, variação e variedade linguísticas, baseando-se nos fundamentos sociolinguísticos de Tarallo:

Os seguintes eixos organizam a heterogeneidade/diversidade do PB: (1) variação* geográfica, (2) variação sociocultural, (3) variação individual, (4) variação de canal e (5) variação temática. Cada uma dessas variações, por sua vez, é organizada por um conjunto de variantes*, ou seja, um conjunto de usos linguísticos considerados relevantes para a caracterização de uma variedade. Com isso, entende-se por variação a manifestação concreta da língua, e por variedade a soma idealizada das variações. Se fôssemos dispor esses conceitos numa hierarquia, teríamos: variante > variação > variedade (CASTILHO, 2016, p. 197, *grifos do autor*).

Um exemplo de forma em variação é o da concordância verbal em 3ª pessoal do plural. Segundo Lucchesi (2015a), à variação de concordância verbal correspondem duas variantes: a materialização e a não materialização do morfema indicativo de plural no verbo. A variante em que a marca do plural não está presente não integra o padrão normativo da língua portuguesa, mas é uma estrutura linguística bastante usada em outras variedades de nossa língua, cuja existência não pode ser ignorada por aqueles que se detêm à observação e análise do fenômeno linguístico.

Detemo-nos, então, a destacar as principais interpretações sociolinguísticas de estudiosos brasileiros para o fenômeno da variação linguística de concordância verbal.

Para Naro (1981, *apud* CASTILHO, 2016, p. 191), uma das possíveis explicações para a variação de concordância em sua forma não padrão, isto é, em português brasileiro popular, é ser ela um caso de mudança natural. Essa compreensão parte do fato de que a fase evolutiva em que o português europeu se encontrava quando os colonizadores chegaram ao nosso país era a do português arcaico e, embora tenha sofrido miscigenação com outras línguas (africanas e indígenas), manteve-se com algumas pequenas contribuições dessas populações. Dessa forma, Naro e Lemle (1976, *apud* BORTONI-RICARDO, 2011, p. 223) assinalam que a falta de

concordância resulta de uma maior ou menor saliência (distinção fonética) entre os segmentos que materializam a oposição singular-plural.

Castilho (2016), apoiando-se em Guy (1981), discorre que a variação de concordância verbal está relacionada a uma fase de crioulização do português, fato que levaria a uma explicação unificada para as descrições dos dialetos rurais crioulizados, pois, segundo o autor (2016, p. 188), esses dialetos rurais “testemunham ainda hoje um estágio altamente crioulizado da variedade popular, anteriormente espalhado pelo território”.

Bortoni-Ricardo (2011), em justificativa para um de seus trabalhos de pesquisa, incluiu a análise da concordância verbal por considerar que o fator de mudança natural, preconizado por Naro e Lemle (1976, *apud* Bortoni-Ricardo, 2011, p. 223), como reflexo sincrônico de um lento processo de eliminação dessa regra gramatical, contrastava com dados empíricos relacionados a grupo de fatores sociais dos falantes, tais como a orientação cultural. A autora demonstrou que os falantes que participavam do contexto sociocultural das classes mais altas exibiam um índice maior de aplicação da regra, contrariando a tese da perda natural dos segmentos que marcam o plural da forma culta da concordância verbal.

Para finalizar essa breve exposição, citamos Lucchesi (2015a), para quem a concordância verbal é um dos fenômenos da polarização linguística no Brasil e está intrinsecamente relacionada ao processo de colonização, urbanização e industrialização do país. Sobre o primeiro processo, relata o autor:

A divisão do Brasil, a um só tempo socioeconômica e étnica, ao longo do período colonial e do império, forneceu as bases para a primeira configuração da polarização sociolinguística do país, que opunha o contingente dominador, de falantes nativos da língua portuguesa cujos pais também o eram, à grande massa de explorados, entre os quais a língua portuguesa era segunda língua ou uma variedade de português nativizada através de um processo de português de *transmissão linguística irregular*” (LUCCHESI, 2015a, p. 35, grifo do autor)

E sobre os dois últimos processos, Lucchesi (2015a) discorre que

O fim do tráfico negreiro, a abolição da escravatura e o ingresso no país de milhões de imigrantes europeus e asiáticos, entre o final do século XIX e o início do século XX, foram esmaecendo os matizes étnicos da polarização sociolinguística. E os processos de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, que se iniciaram efetivamente em 1930, acabaram por definir os contornos atuais da polarização sociolinguística do país (LUCCHESI, 2015a, p. 35).

Podemos perceber que, independente da abordagem sob a qual a variação de concordância verbal é analisada, quando estudamos a variação e mudança linguística no interior do sistema linguístico brasileiro, tem-se que fazer uma relação entre língua e sociedade. A seguir, discorreremos por que tomamos esse fato linguístico como objeto de estudo a partir da definição de norma culta do PB.

2 Norma culta do português brasileiro, concordância verbal e o objeto de pesquisa

Em toda pesquisa, é preciso que se deixe claro a partir de qual ótica será abordado o objeto de investigação. Neste caso, voltamos nosso foco para a fala de trabalhadores de baixa escolaridade pertencentes a grandes ambientes industriais, tendo como objeto de observação a variação da concordância verbal em 3ª pessoa. A seguir, discutiremos brevemente os conceitos de norma culta e de concordância verbal que orientam nossa investigação, a fim de alcançarmos os objetivos inicialmente traçados, norteando-nos pelo enfoque de três estudiosos, Lucchesi (2015a, 2015b), Castilho (2016) e Bortoni-Ricardo (2011). O terceiro conceito que permeia a pesquisa, o de letramento, será tratado na sessão seguinte deste artigo.

O conceito de norma, em nosso entender, está estritamente ligado aos sistemas de avaliação social das variações linguísticas presentes na sociedade, variações essas que normalmente traduzem contradições sociais e conflitos inerentes à disputa ideológica existente. Sabidamente, cada sociedade assume como norma institucionalizada aquela que deriva dos grupos sociais detentores do poder, isto é, endossa e reforça o uso da norma linguística de maior prestígio social. Assim, considerando o pressuposto da polarização linguística, trabalhamos, em nosso estudo, o conceito de norma culta à luz da teorização de norma sociolinguística defendida por Lucchesi (2015a):

A norma sociolinguística circunscreve um grupo social dentro de uma comunidade de fala, em primeiro lugar, em função da maior semelhança no comportamento linguístico de seus membros, já que a frequência média de uso das variantes linguísticas é diferente consoante o grupo social considerado. Em segundo plano, a norma sociolinguística se constitui a partir da avaliação particular que esse grupo faz da variação linguística, que é distinta dos demais grupos sociais. E, por fim, a norma sociolinguística define um grupo social dentro de uma comunidade de fala em função da convergência na direção de processos de mudança que se observam nesse grupo (LUCCHESI, 2015a, p. 75).

A norma sociolinguística, então, para esse autor, divide-se em norma culta e norma popular, fundamentada na polarização sociolinguística do Brasil, conforme depreendemos da figura 1.

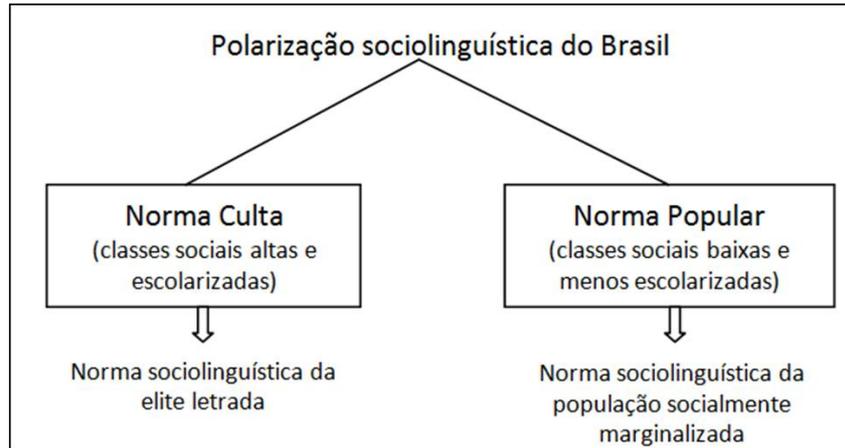


Figura 1: Classificação das normas sociolinguísticas a partir da polarização sociolinguística do Brasil, adaptado de Lucchesi (2015a).

Esse mesmo construto conceitual é percebido, parcialmente, em Castilho (2016, p. 205), que ressalta que, “nas diversas comunidades, há sempre uma variedade social de maior prestígio a que se denomina *língua padrão ou norma culta*, e completa que “analfabetos usam o *português popular*, ou variedade não culta. Pessoas escolarizadas usam o *português culto*, ou a variedade padrão, aprendida na escola ou no ambiente familiar.” (p. 204, grifos do autor). Esse estudioso, assim como Lucchesi (2015a), revela-nos que “cada variação sociolinguística (popular e culta) é definível (...) em termos de um feixe de características e o que distingue uma da outra é a frequência de uso” (CASTILHO 2016, 205). Daí, portanto, entendermos não ser salutar fixar grupos sociais exclusivamente como falantes de uma ou de outra variedade, pois “as linhas divisórias entre essas duas modalidades são muito tênues – afinal, não se trata de duas línguas diferentes!” (p.205).

A sociolinguista Bortoni-Ricardo (2011), em estudo sobre a transição de dialetos rurais em variedades urbanas não padrão, estabelece classificação similar para o conceito de norma linguística, acrescentando, porém, uma definição particular – a de contínuo – em seu estudo ao ressaltar que

(...) as variedades do português brasileiro poderiam, para fins analíticos, ser dispostos ao longo de um contínuo dialetal que se estende desde os vernáculos rurais e isolados em um extremo até a variedade urbana padrão

das classes de mais prestígio no outro (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 24).

No intuito de contribuir para melhor entendimento dos termos padrão e culto, usados em determinados contextos como sinônimos, cabe-nos aqui resgatar a diferença apontada pelos referidos estudiosos do PB. Lucchesi (2015a) e Castilho (2016) aludem ao fato de que esses termos originam-se do que se conhece como norma objetiva e norma subjetiva. O primeiro estudioso afirma que

A norma padrão deveria ser vista como uma norma subjetiva, resultante de um processo de seleção/idealização de uma forma de usar a língua que é prescrita pelas gramáticas normativas. Já a norma culta seria propriamente uma norma objetiva, referindo-se à forma como os indivíduos plenamente escolarizados efetivamente usam a língua (LUCCHESI, 2015a, p. 77).

Já o segundo, refere-se a esses vocábulos sustentando que

Norma objetiva é o uso linguístico concreto praticado pela classe socialmente privilegiada (...) Grandes projetos de pesquisa buscam descrever a norma objetiva, como é o caso, no Brasil, do Projeto da Norma Urbana Culta, voltado para a língua falada culta. (...) A norma subjetiva (...) é um conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva (CASTILHO, 2016, p.90-91, grifo do autor).

Cabe-nos aqui, também, deixar registrado que, nas abordagens promovidas sobre seus objetos de estudo, cada um dos autores ampliou e/ou especificou tais conceitos, de modo que, ao nos referirmos a eles, fazemos isso em caráter singular para nosso foco de trabalho.

Arrematando a discussão proposta sobre norma culta e norma popular, ratificamos a opção, em nossa investigação, pelo termo norma culta como remanescente da polarização sociolinguística. Utilizamos-nos, para tanto, da construção teórica de Bortoni-Ricardo (2011) quando afirma que

A grande amplitude no diversificado repertório do português do Brasil é consequência das barreiras sociais que restringem o acesso de considerável parte da população ao padrão oral e escrito. Os falantes de variedades de pouco prestígio (*norma popular, não culta*), a maioria dos quais não alfabetizados, têm acesso limitado ao padrão real (*norma culta*) e a seu uso como norma adquirida de referência para o emprego de variantes bem recepcionadas na sociedade (BORTONI-RICARDO, 2011, p.25).

3 Influência do letramento na variação linguística: alguns pontos em discussão

Sumariamente e fugindo a qualquer pretensão de esgotar a discussão acerca de letramento, propomo-nos, nesta sessão, a rever a definição de letramento e alguns dos conceitos que comumente estão associados a ele.

Embora o termo letramento vigore em nosso país desde a década de 1980, não há uniformidade em relação a sua definição, por isso, na tentativa de um melhor esclarecimento, partiremos da visão de um dos primeiros estudiosos da questão, Street (1995 [2014]), para quem o letramento é um processo de caráter sociocultural, em que as práticas de uso da escrita são sociais, plurais e heterogêneas, além de vinculadas às estruturas de poder de uma dada sociedade. Entendemos, assim, que o foco está em como os indivíduos constroem significados aos usos que dão à escrita ou à leitura ou ainda à oralidade, pois, como situa Grillo (1989 *apud* STREET, 2014 [1995], p.19), “letramento é visto como um tipo de prática comunicativa”.

Uma definição para letramento, ainda que implícita, já pode ser percebida em William Teale (1982, *apud* TFOUNI, 2006, p. 15) quando trata da alfabetização: “(...) a prática da alfabetização não é meramente a habilidade abstrata para produzir, decodificar e compreender a escrita: pelo contrário, quando as crianças são alfabetizadas, elas usam a leitura e a escrita para a execução das práticas que constituem sua cultura”.

É compreensível esse entendimento, embora por vezes deixado de lado pelos estudiosos, visto que os conceitos de letramento e alfabetização sempre andaram lado a lado. Por essa razão, cabe-nos reforçar que, enquanto a alfabetização está para o nível individual, o letramento está para o social, ou seja, para aquele em que o indivíduo utiliza suas habilidades de leitura e escrita (e mesmo da oralidade, como já mencionado) para efetivar práticas exigidas pela cultura da qual faz parte.

Dessa forma, é que, para Tfouni (2000, 2006), letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade, portanto não se restringe somente àquelas pessoas que se apropriam da escrita.

Para Marcuschi (2008), é possível perceber, de forma clara e coerente, a relação proximal existente entre alfabetização e letramento, isto é, quanto maior o grau de alfabetização do sujeito, maior será seu letramento (mais letrado); por outro lado, quanto menor o grau de alfabetização, tanto menor será o domínio do uso da escrita, conseqüentemente, menor será seu grau de letramento (menos letrado). Sob esse enfoque, letramento é compreendido como um *continuum* com a escrita/escolarização, definido pelas relações de força de cunho social, colocando o sujeito em posições que determinam um discurso mais ou menos letrado. Essa

visão é compartilhada por Soares (2003), ao declarar que um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado:

(...) Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2003, p.40).

Reforçando o conceito, Marcuschi (2008) enfatiza que letramento diz respeito ao uso da escrita na sociedade e vai, desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas sabe o valor do dinheiro até aquele que lê o jornal e escreve cartas ou desenvolve tratados de Filosofia e Matemática, por exemplo. Nesse sentido, Soares (2003) em vez de falar em graus de letramento, traz-nos as noções de “versão fraca” e “versão forte”:

[...] os conceitos de letramento que enfatizam sua dimensão social fundamentam-se ou em seu valor pragmático, isto é, na necessidade de letramento para efetivo funcionamento da sociedade (a versão “fraca”), ou em seu poder “revolucionário”, ou seja, em seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas (a versão “forte”). Apesar dessa diferença essencial, tanto a versão “fraca” quanto a versão “forte” evidenciam a relatividade do conceito de letramento: porque as atividades que envolvem a língua escrita dependem da natureza e estrutura da sociedade e dependem do projeto que cada grupo político pretende implementar, elas variam no tempo e no espaço (SOARES, 2003, p.78).

Para entendermos melhor essas perspectivas, Soares (2003) adota o princípio, que tomamos como imprescindível na construção do conceito aqui discutido, de compreender letramento como o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, ou seja, como o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. Compreendemos, assim, que condição ou estado de apropriação da escrita independe do canal e/ou do suporte do qual o indivíduo se utiliza para materializar o uso social da escrita: físico, digital, tecnológico, impresso, auditivo ou qualquer outro tipo. O que se torna indispensável é as pessoas se apropriarem plenamente das práticas sociais de leitura e escrita imersas e oriundas da sociedade em que vivem.

Fechando essa breve explanação acerca do conceito de letramento, partilhamos do pensamento de Kleiman e Assis (2016), pois afirmam que, em sua atual abordagem, letramento revela-se como um movimento da chamada “virada social”, em que as pesquisas mudam seu foco em relação à língua escrita, antes centrada nas habilidades do indivíduo em codificar e

decodificar o alfabeto, e agora voltadas para uma concepção que privilegia a interação e prática social do uso da escrita.

Diante do que até aqui foi exposto, não é possível deixarmos de nos posicionar favoravelmente à ideia de Tfouni (2006) sobre o fato de que, quando procuramos entender o produto humano por excelência que é a escrita e seus decorrentes necessários– a alfabetização e o letramento–, não podemos ignorar a tensão constante entre poder, dominação, participação e resistência, sob pena de relegarmos à exclusão grupos sociais menos privilegiados no domínio desse produto. Conforme já preconizava Ginzburg (1987 *apud* TFOUNI, 2006, p.21), “os instrumentos linguísticos e conceituais que o letramento coloca à disposição dos indivíduos não são neutros, nem inocentes”.

3.1 Eventos e práticas de letramento

Avançando um pouco mais no esclarecimento que queremos dar a letramento, situamos nessa discussão outros dois conceitos que dele derivam: eventos e práticas de letramento. Entendê-los colabora sobremaneira para evitarmos equívocos a respeito do conceito que construímos sobre letramento.

Como evento de letramento, dividimos a definição de Heath (1982 *apud* STREET, 2014 [1995], p.18), quando relata se tratar de “qualquer ocasião em que um trecho de escrita é essencial à natureza das interações dos participantes e a seus processos interpretativos”. Aqui teríamos, como possíveis exemplos, a discussão de uma notícia jornalística entre duas pessoas ou em grupo, anotação de mensagem (em papel, em rede social), enfim, atividades da vida cotidiana envolvendo a escrita.

Enquanto como práticas de letramento, Street 2014 ([1995], p.18) formula tratar-se de um conceito mais amplo, pois “se coloca num nível mais alto de abstração e se refere ao comportamento e às conceitualizações sociais e culturais que conferem sentido aos usos da leitura e/ou da escrita”. Dessa forma, para esse autor, as práticas de letramento incorporam não só os eventos de letramento, como também os modelos populares desses eventos e as pré-concepções ideológicas que os sustentam, tendo como foco o contexto, o que torna *reais* as práticas letradas.

3.2 Letramento e a variação linguística de concordância verbal

No contexto do mundo letrado e uso da linguagem verbal (escrita e fala), como é

natural da sociedade e da língua, mudanças e variações acontecem a todo instante. Nesse cenário, surgem, então, as variações linguísticas, amplamente entendidas como um fenômeno inerente ao uso da língua e ocorrendo em várias direções (fonética, morfológica, sintática, semântica, prosódica).

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, assumimos que letramento e a teoria da variação e mudança linguística, postulada pela sociolinguística, têm papéis fundamentais para o entendimento dos fatores sociais relativos à presença de determinada variante linguística em uma comunidade de fala, visto que correlacionam o aspecto extralinguístico ao desempenho linguístico do falante, destacando os aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos como relevantes nesse processo. Para ratificar esse ponto de vista acerca do fenômeno a que nos propomos a pesquisar, endossamos as palavras de Bochenek (2013), para quem o ponto de partida para o estudo do fenômeno da variação é a definição do tipo de elemento que será observado, o qual poderá ser condicionado por uma ordem estrutural, implicando determinados tipos de construções gramaticais; ou de ordem social, envolvendo fenômenos externos à língua e mais difíceis de serem corretamente analisados, até mesmo pelas diversas forças de caráter extralinguístico, que interagem e afetam a relação língua/sociedade. Assim o caminho que tomamos é aquele que se estabelece na estrutura interna da língua, sem, no entanto, deixar de considerar os aspectos extralinguísticos a que eles se relacionam.

3.3 A marca linguística de concordância verbal na fala de trabalhadores de baixa escolaridade em ambiente profissional

De acordo com pesquisas já realizadas e tomadas por Lucchesi (2015a), como base para o seu próprio trabalho, o fenômeno da concordância verbal é um dos fenômenos linguísticos definidores da polaridade sociolinguística do Brasil, indicando que está na camada social com menor escolarização (1 a 4 anos), a menor frequência da realização do segmento mórfico daCV3. Esse fato, no entanto, levou-nos a questionar se trabalhadores de baixa escolaridade, pertencentes a um ambiente industrial profissional altamente exigente de práticas letradas que os expõe, por consequência disso, continuamente e diversificadamente a muitos eventos de letramento, têm sua materialização linguística afetada pela correção de concordância verbal em sua variedade culta do PB. O recorte de nossa pesquisa, ora apresentado, traçou como objetivo principal analisar as realizações de concordância verbal em 3ª pessoa do plural, de acordo com norma culta do PB, na fala de trabalhadores de baixa escolaridade, empregados de uma empresa do ramo industrial que, em seu modelo de gestão, oferecem rotineiramente a seus colaboradores a eventos e práticas de letramento, além de não

descartar a influência da fala das pessoas com maior escolaridade e, possivelmente, letramento, que se fazem pares dos trabalhadores alvo da pesquisa. Nossa expectativa, por consequência, era a de confirmar e ressaltar aquilo que postula Labov (2008[1972], p. 290) ao declarar que “se dado grupo de falantes usa uma variante em particular, então os valores sociais atribuídos a esse grupo serão transferidos a essa variante linguística”.

Compreendemos, assim como os sociolinguistas, que uma variação linguística não afeta diretamente o desenvolvimento de uma sociedade e, tampouco, os objetivos de vida de um indivíduo, mas que esse sujeito muda seu comportamento linguístico tão logo perceba que isso o levará a atingir patamar social diferenciado

(...) A variação no comportamento linguístico não exerce, em si mesma, uma influência poderosa sobre o desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as perspectivas de vida do indivíduo; pelo contrário, a forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição social do falante. Essa maleabilidade da língua sustenta sua grande utilidade como indicador de mudança social (LABOV, 2008[1972], p.26).

Reforçando esse postulado laboviano, Cecília Mollica, em *Fala, letramento e inclusão social* (2014) infere que

A sensibilidade e a intuição dos falantes, o estilo de vida, o exercício de outras práticas sociais são também meios de inserção das pessoas na comunidade para adquirir papéis definidos e destacados. [...] Assim, a conquista dos espaços sociais, ocupados por grupos de diferentes graus de letramento, em princípio, parece influir no funcionamento dos membros em sociedade, permitindo-lhes atingir graus diferenciados de inserção social e de interação com formas culturais (MOLLICA, 2014, p. 14-16).

Atendo-nos a Castilho (2016), a pesquisa foi desenvolvida considerando, principalmente, seu postulado acerca do aspecto social que envolve a maior ou a menor frequência das marcas cultas da realização de concordância verbal.

Pode-se reconhecer que as regras de concordância verbal são variáveis tanto entre os brasileiros cultos quanto entre os não escolarizados [ou de baixa escolaridade, como em nossa pesquisa]. O que distingue essas classes [de falantes] é a seleção do fator determinante da regra. Assim para os primeiros os fatores ii e iii são decisivos e, para os seguintes, os fatores i e iv (CASTILHO, 2016, p.413, *esclarecimentos nossos*).

Outro fator decisivo em nossa pesquisa foi a busca por corroborar a prerrogativa de que não devemos perpetuar a polarização escrita/oralidade. Sobre esse aspecto, Castilho (2016) também reforça que

(...) (a caracterização corrente na literatura) tem a deficiência de situar a língua escrita e a língua falada em polos distintos. Ora, o exame da documentação oral e escrita do PB não fundamenta essa polarização. As duas variedades se dispõem num *continuum*, indo da oralidade para a escrituralidade, percorrendo diferentes graus de formalidade. (CASTILHO, 2016, 222).

Esse rumo da pesquisa deu-se pelo fato de que acreditávamos, e os resultados encontrados e elencados na seção seguinte puderam confirmar, que o fator extralinguístico letramento influencia diretamente a correção linguística dos falantes de baixa escolaridade na direção de seu nivelamento linguístico, em especial no que tange a concordância verbal e ao grupo de falantes da norma culta do PB, atendo-nos aos estudos já existentes, que demonstram que a concordância verbal com maior correção gramatical é característica dos falantes da norma culta do PB.

Para atender ao propósito traçado para esse artigo, buscamos verificar e expor, de forma sintetizada, a frequência da realização da CV3 nas formas culta e popular da fala dos indivíduos alvo da pesquisa, além de caracterizar os fatores linguísticos internos que mais expressam a realização de CV3 dos falantes investigados.

4 Metodologia e coleta do corpus

A metodologia para desenvolvimento da pesquisa em foco situa-se no modelo sociolinguístico, fazendo uso tanto de critérios quantitativos da teoria laboviana, quanto de critérios qualitativos usados pela sociolinguística educacional. Ressaltamos, entretanto, que, apesar de se tratar de pesquisa quali-quantitativa, visto que, por se situar no âmbito das ciências sociais, tem seu bojo científico principalmente do tipo qualitativo, recorreremos a técnicas e instrumentos de coleta e tratamento de dados tipicamente quantitativos. A partir desses dados quantitativos, ou seja, das ocorrências de realização da concordância verbal em 3ª pessoa do plural, temos subsídios para análise e interpretação de alguns dos aspectos que marcam a realidade linguística dos sujeitos que são o universo de nossa pesquisa. Este tipo de pesquisa, conforme salienta Gatti (2002), considera que quantidade e qualidade não estão totalmente

dissociadas na investigação, na medida em que, de um lado, a quantidade é uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se apresenta; enquanto, do outro lado, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, sem relação a algum referencial, não tem significação em si.

Situamos a pesquisa, também, a partir do que postula Gil (2006), no método observacional como método técnico para garantir a objetividade e precisão no estudo do nosso fato social (a concordância verbal), classificando-a como sendo descritiva, visto que, como relata o autor (2006, p. 28), esse tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, o que define aquilo que nos propomos a realizar na investigação do fenômeno linguístico que elegemos.

Para a composição do *corpus* da pesquisa, adotamos a seleção de informantes a partir do critério de amostragem aleatória, de modo a permitir que todos os indivíduos cujas características atendessem ao objetivo da pesquisa se credenciassem e participassem. O local da investigação foi uma empresa terceirizada, prestadora de serviço a um grande polo industrial, localizada na ilha de São Luís. O universo da pesquisa contou, inicialmente, com a participação de seis indivíduos, trabalhadores empregados dessa empresa. Esses trabalhadores incluem-se na faixa etária entre 23 a 60 anos, sendo de sexo masculino ou feminino.

A princípio, estabeleceu-se que poderia haver participação de indivíduos com idade inferior, desde que fosse comprovada experiência funcional superior a cinco anos no ambiente industrial foco da pesquisa, caso aplicável a trabalhadores que tivessem iniciado sua vida profissional na modalidade jovem aprendiz. Para a variável sexo, na coleta do *corpus*, acabou-se por contar com a participação apenas de elementos do sexo masculino, fato, porém, que constatamos, posteriormente, não ser tão impactante para os resultados dos dados, como será descrito na seção a seguir. Antecedendo a coleta de dados, foram realizadas algumas visitas ao local da pesquisa, a fim de serem levantados dados tais como os tipos de ocupação profissional exercida pelos indivíduos, as características do ambiente profissional, a identificação dos eventos de letramento a que esses trabalhadores eram sistematicamente expostos, bem como o registro de sua periodicidade.

A coleta do *corpus* contou com três instrumentos de pesquisa: aplicação de evento discursivo do tipo grupo focal, com gravação eletrônica dos dados em áudio digital e transcrição posterior da fala dos participantes; a aplicação de questionário semiestruturado para fazermos identificação social de cada trabalhador(a) envolvido(a); e registro de participação através de termo de consentimento livre e esclarecido, que é uma declaração com a anuência formalizada

de cada participante na realização da pesquisa, devidamente assinada por ele(a).

Para a definição do envelope de variação para o fenômeno linguístico investigado, buscamos seguir as bases definidas por Tarallo quando descreve que

É somente a partir do perfil individual das variantes que você poderá explorar as armas de que cada uma dispõe, bem como avaliar os contextos mais favoráveis à derrota de uma e à vitória de outra. (...) Enfim, para que você seja um excelente juiz e mediador da batalha, é imprescindível que, em primeiro lugar, apresente, defina e caracterize detalhadamente cada uma dessas concorrentes. (TARALLO, 1990, p.33).

Dessa forma, dispusemos o envelope da concordância verbal em suas duas variantes: realização na variável culta do PB (marca de pluralidade entre SN e SV) e realização na variedade popular do PB (ausência da marca de pluralidade entre SN e SV). Na seção a seguir, em nossa análise, associaremos a essas variações, em particular, apenas duas variáveis linguísticas (ou internas): sujeito pronominal e a saliência fônica.

5 Análise e discussão de dados

A coleta de dados se deu pelo registro da fala de seis indivíduos, em evento discursivo do tipo grupo focal, em que foram identificadas cinquenta e duas realizações de CV3, resultantes de cerca de quarenta minutos de gravação do evento discursivo em áudio digital. Para análise dos dados não foi usado programa computacional específico de análise e quantificação, por essa razão não há informações sobre o peso relativo dos aspectos analisados.

Seguem-se as considerações dos resultados obtidos, considerando a quantificação das realizações da concordância verbal em suas formas culta e popular, e a análise das variáveis internas de sujeito pronominal e de saliência fônica, que se mostraram como mais frequentes durante a análise dos dados coletados.

5.1 Quantificação das realizações da concordância verbal em suas formas culta e popular

As realizações de CV3 se materializaram da seguinte maneira:

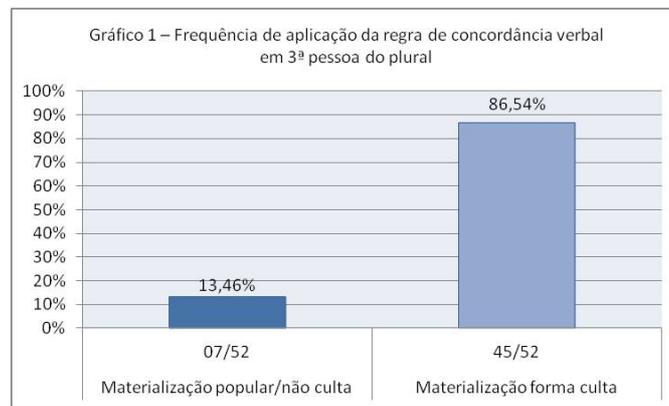
Quadro 1 – Frequência de aplicação da regra de concordância verbal em 3ª pessoa do plural

CV3	Qtd x total	%
Materialização popular	07/52	13,46%
Materialização forma culta	45/52	86,54%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A predominância da forma de CV3 na forma culta tem maior visibilidade quando a verificamos no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Frequência de aplicação da regra de concordância verbal em 3ª pessoa do plural



Fonte: Elaborado pelas autoras.

5.2 Variável interna: sujeito pronominal

Nos estudos de concordância verbal, não há uniformidade entre os estudiosos sobre a realização do sujeito pronominal. Em Silva (2005), por exemplo, o índice é de 50,3%, enquanto, em Sgarbi (2006), alcança 49% e, em outros, como é o caso de Mattos (2009), atinge 47%.

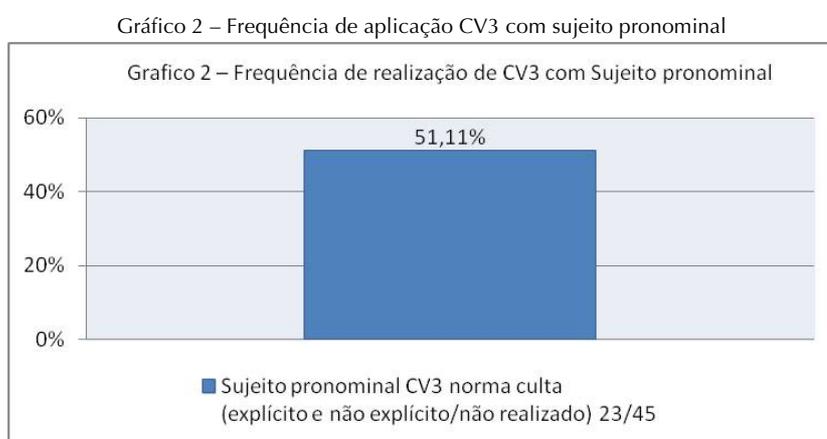
Nossos dados apontam índice de 51,11%, ultrapassando a metade das realizações de concordância com sintagma nominal.

Quadro 2 – Frequência de aplicação CV3 com sujeito pronominal

CV3	Qtd x total	%
Sujeito pronominal CV3 norma culta (explícito e não explícito/não realizado)	23/45	51,11%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observando esse índice em forma de gráfico:



Um aspecto que destacamos como singular em relação a esse fator linguístico está no fato de que a realização de concordância verbal com sujeito pronominal não explícito sobrepõe-se em muito àquela com sujeito pronominal explícito. Vejamos o Quadro 3:

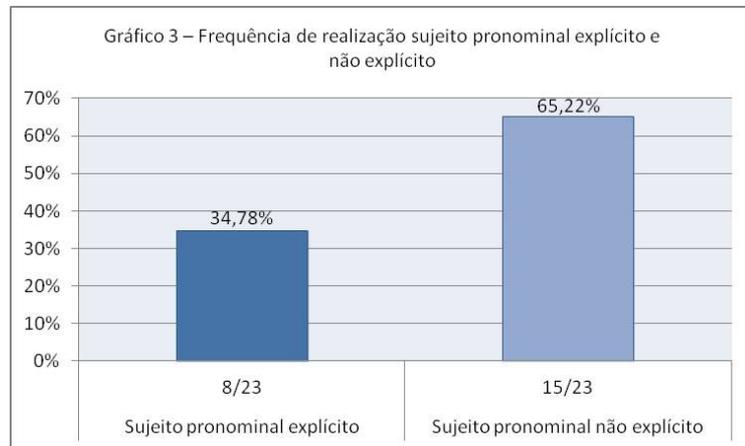
Quadro 3 – Frequência de realização sujeito pronominal explícito e não explícito

CV3	Qtd x total	%
Sujeito pronominal explícito	8/23	34,78%
Sujeito pronominal não explícito	15/23	65,22%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Mais evidente ainda é essa predominância quando observada em forma de gráfico (Gráfico 3):

Gráfico 3 - Frequência de realização sujeito pronominal explícito e não explícito



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esse índice confirmou dados demonstrados também por Sgarbi (2006, 119) quando relacionou, em sua pesquisa, essa variável com mundo profissional dos pesquisados, evidenciando que a ausência do sujeito pronominal explícito favorece a realização da concordância verbal, uma vez que a ausência física do sujeito (eles/elas) seria compensada pela presença da desinência verbal.

5.3 Variável interna: a saliência fônica

Com suporte em Scherre e Naro (1997, *apud* LUCCHESI, 2015b, p.176), partimos do pressuposto de que, em P6 (eles/elas), a crescente saliência fônica da oposição singular/plural está correlacionada com a probabilidade crescente de concordância se efetivar em sua forma culta, ou seja, quanto maior for a diferença entre as formas não marcada e marcada do plural, ou quanto maior o grau de perceptividade por parte dos falantes da diferença fônica entre elas, maior será a probabilidade de ela se realizar em sua forma canônica. Para o objetivo a que nos propusemos nesse artigo, demonstraremos a seguir (Quadro 4), fato que se mostrou excepcionalmente evidente para essa variável, de acordo com os critérios definidos por Naro e Scherre (2007), “2a: envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural”.

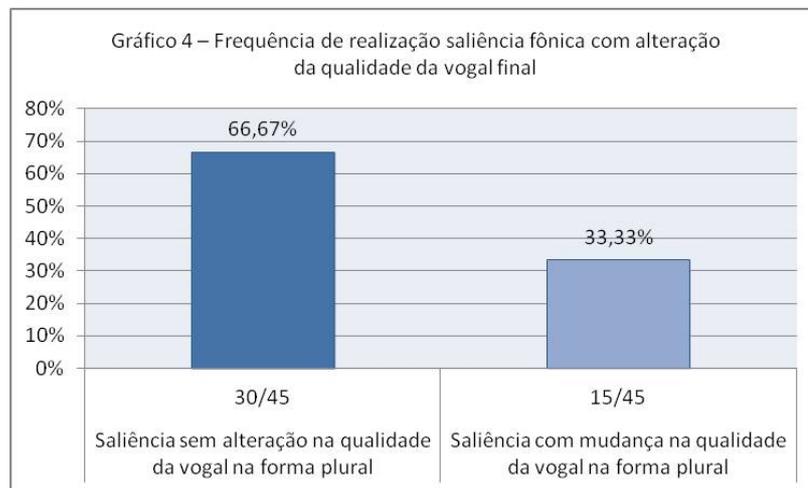
Quadro 4 – Frequência de realização saliência fônica com alteração da qualidade da vogal final

CV3	Qtd x total	%
Saliência sem alteração na qualidade da vogal na forma plural	30/45	66,67%
Saliência com mudança na qualidade da vogal na forma plural	15/45	33,33%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observemos a variável na forma de gráfico (Gráfico 4):

Gráfico 4 – Frequência de realização saliência fônica com alteração da qualidade da vogal final



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao final da pesquisa maior em que se insere esta que ora apresentamos, esse índice encaminhar-nos-á, possivelmente, para a confirmação de que a variação da concordância verbal em 3ª pessoa do plural em comunidades de falantes constantemente expostos à convivência com eventos e práticas de letramento, bem como com pessoas de nível mais alto de escolaridade, considerando os aspectos linguísticos internos analisados, é fortemente afetada por esses aspectos extralinguísticos, concorrendo para uma aproximação linguística com os falantes da norma culta do PB.

Considerações finais

Após breve discussão e apresentação de argumentos relacionados à variação linguística, letramento e ao aspecto gramatical da concordância verbal, podemos inferir que – no contexto do mundo letrado e do uso da língua em sua materialização individual, como é natural do próprio sistema linguístico e, portanto, da sociedade – mudanças e variações acontecem a todo instante. Nesse cenário, as variações linguísticas devem ser entendidas como um fenômeno inerente ao uso da língua que ocorre em várias direções (fonética, morfológica, sintática, semântica, prosódica). Tomando por base esse ponto de vista e associando-o à comunidade linguística específica de trabalhadores pertencentes ao espaço laborativo letrado, verificamos que esses falantes – por estarem sistematicamente envolvidos no contexto da cultura letrada, advinda de exigências laborativas específicas, bem como por conviverem com indivíduos detentores de letramento mais elevado – têm sua materialização linguística de concordância verbal em 3ª pessoa do plural fortemente afetada. Os índices revelaram que essa variação linguística se apresenta como regra variável, de acordo com os parâmetros sociolinguísticos, ao atingir 86,54% de correção em padrão culto frente a 13,46% em padrão popular ou não culto.

As variáveis analisadas levam-nos a confirmar a teoria destacada, em especial, por Dante Lucchesi (2015a) de que há no Brasil polarização linguística marcadamente como *norma culta* e *norma popular*, em que a concordância verbal em terceira pessoa do plural é aspecto determinante; e de que essa polarização, nesse critério gramatical, vem historicamente concorrendo para um nivelamento linguístico, visto que a concordância verbal agrega em si avaliação social positiva entre as classes sociais mais baixas, fato que, tendenciosamente, faz com que seus falantes, pelas condições profissionais em que estão envolvidos, busquem a correção linguística, de modo a aproximá-la daquela de maior prestígio social.

REFERÊNCIAS

- BOCHENEK, Sandro. Relações acerca de variação linguística e letramento. *EDUCERE - Revista da Educação*, Umuarama, v. 13, n. 2, p. 169-185, jul./dez. 2013.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração de redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.
- _____. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Gramática do Português Brasileiro*. 1. ed., 4 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

- GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Philadelphia: University of Pennsylvania, Ph.D. dissertation.
- KLEIMAN, Angela (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- KLEIMAN, Angela; ASSIS, Juliana Alves (Orgs.). *Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. (Coleção Letramento, educação e sociedade).
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedades partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015a.
- _____. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. *Estudos linguísticos e literários*. Salvador, nº 52, ago-dez, 166-204, 2015b.
- MARCUSCHI, Luís Antônio. Oralidade e letramento. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOLLICA, Maria Cecília. *Fala, letramento e inclusão social*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed., 6ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SGARBI, Nara Maria Fiel de Quevedo. *A variação da concordância verbal entre os falantes do Mato grosso do Sul*. 2006, 196p (Tese), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara- SP.
- SILVA, Jorge Augusto Alves da. A concordância de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia. 2005, 323p (Tese), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador- BA.
- STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento na etnografia e na educação*; Tradução de Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014 [1995].
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2000. (Questões de Nossa Época).
- _____. *Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada*. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2006.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos para uma teoria empírica da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968]. (Linguagem);18

Recebido em 05/10/2019
e aprovado em 22/11/2019.